



PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS A PARTIR DA POLÍTICA DE COTAS PARA O ACESSO A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM CAMPINA GRANDE-PB: CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA

Juliana Nóbrega de Almeida (1); Francisco Kennedy Silva dos Santos (2)

Universidade Federal de Pernambuco julianageografia@hotmail.com

Universidade Federal de Pernambuco kennedyufpe@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa tem como intenção investigar as ações afirmativas junto ao acesso à educação superior e cidadania, realizado pela população oriunda das escolas públicas de Campina Grande-PB, trazendo dessa forma, contribuições da ciência Geográfica nesse processo de espacialização. A metodologia usada segue uma abordagem de cunho bibliográfico e de campo, a partir de uma tipologia qualitativa. O estudo aponta o seguinte questionamento: será que os moradores da cidade, em especial, os jovens dos bairros periféricos, vindos da escola pública possuem acesso e usufruem do título que Campina Grande conquistou de “cidade universitária”? Logo, as desigualdades de acesso à educação superior existem nos mais diversos recortes espaciais do país, em Campina Grande-PB esse fenômeno também ocorre, tendo em vista que o direito a cidade, a educação e a cidadania são “negados” para muitos habitantes, especialmente os pertencentes as camadas de menor poder aquisitivos da sociedade. Sendo assim, trazemos nessa pesquisa um diálogo tendo a contribuição do olhar Geográfico junto a educação, pensando com essa indagação nas formas de espaço que esse processo produzir para os sujeitos da pesquisa. Nesse sentido, as ações afirmativas por meio do sistema de cotas é uma das formas de amenizar a distância dos moradores das camadas populares aos espaços educacionais? Acreditamos que essa problemática precisa ser investigada por isso é necessário conhecer as nuances da mobilização dos saberes Geográficos e Educacionais, bem como as causas e consequências que dificultam o acesso desses sujeitos a educação superior, ação está que tem o propósito construir cidadania e emancipação.

Palavras chaves: Educação, Espaço, Cidadania, Geografia, Política de Cotas.

1 INTRODUÇÃO

A Geografia é mais do que uma disciplina escolar e uma ciência. É um conhecimento indispensável para mobilização dos saberes sociais, econômicos, ambientais, políticos e culturais nas mais diversas escalas: local, regional, nacional e mundial. Contudo, os saberes Geográficos num contexto educacional ocorrem interligados aos processos espaciais, junto a uma racionalidade entre o fazer e o viver a produção do espaço.



De certo, é relevante entender os processos de produção do espaço geográfico, tendo em vista que a sua formação ocorre a partir dos contrastes socioespaciais, que podem ser percebidos, quando se observa o direito à cidade em uma totalidade, tendo em vista que ocorre uma distribuição diferenciada dos bens e serviços de acordo com o poder aquisitivo da população, dentre esses bens, destacamos os socioeducacionais como, por exemplo, o acesso as universidades e aos espaços de educação e cidadania, ambientes importante para emancipação e a formação cidadã.

Nessa perspectiva, para reduzir a desigualdade de acesso à educação superior as políticas educacionais, consideram como um dos seus principais foco de expressão a diminuição dos contrastes educacionais por meio das ações afirmativas. Por isso, a política de cotas tem intenção de proporcionar o acesso à educação superior e a qualificação para as populações oriundas da escola pública.

A política de cotas é uma das maneiras na qual os sujeitos podem lutar por justiça e cidadania, elementos esses que lhes ajudarão a alcançar o direito de conquistarem o ensino superior, além de os inserirem no mundo do trabalho com uma maior qualificação, por consequentemente adquirirem um saber que lhes foi negado por muito tempo, devido a sua condição econômica.

Sendo assim, a intenção dessa pesquisa é entender o acesso da população periférica, vindas da escola pública da cidade de Campina Grande-PB aos espaços destinados à educação e cidadania na dimensão das Políticas Públicas Educacionais, sob a luz da Geografia, enfocando especialmente a política de cotas como uma alternativa para a democratização do acesso ao ensino superior, haja vista que os processos de educação e cidadania.

Dessa forma, é pertinente pensarmos sobre as questões trazidas nessa pesquisa e isso requer um esforço teórico e metodológico, no sentido de conhecer o universo da produção do espaço a partir das relações constituídas junto à educação em Campina Grande-PB, cidade conhecida nacionalmente por possui um ambiente relevante de educação superior.

Logo, para pensarmos a inserção dos alunos da rede pública de ensino aos Institutos de Educação Superior, sujeitos estes que por muito tempo estiveram excluídos desse debate, trazemos reflexões oportunas para pensarmos os desafios do acesso a educação superior e como as políticas educacionais proporcionar mudanças sociais e espaciais para os sujeitos envolvidos, estudando essa problemática a partir de uma tese de doutorado junto a UFPE.



2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Visando encontrar o melhor caminho para se alcançar os objetivos da pesquisa, os procedimentos metodológicos empregados seguiram uma abordagem qualitativa, devido à complexidade do objeto, incorporando em seu fazer, o sujeito e sua subjetividade, valorizando a construção peculiar das práticas cotidianas, “que passam a ser vistas, não por seus produtos palpáveis, objetivados, quantitativos, mas pelo processo significativo de sua construção, onde se incorporam as representações, os significados e o sentido existencial elaborada” (LAKATOS & MARCONI, 1991; MINAYO, 2010).

Investigar o acesso socioeducacional dos moradores jovens da periferia de Campina Grande-PB aos espaços destinados à educação e cidadania, como um estudo de caso. Quanto aos procedimentos técnicos foi utilizada uma combinação e inter-relação de técnicas como as bibliográficas, as documentais, de levantamento e de estudo de caso. Sua abordagem é baseada nas obras de Freire (2005) Santos (1993), Mészáros (2005), dentre outros autores. A pesquisa de campo foi realizado por meio da aplicação de questionários semiestruturados, visando assim, situar a discussão no âmbito científico e acadêmico.

No que diz respeito aos objetivos da pesquisa, estes permeiam pelo campo da modalidade exploratória e explicativa. Durante a fase da pesquisa de campo realizamos a aplicação de questionários e a coleta direta a partir de entrevistas semiestruturadas, tendo como sujeitos um grupo representativo de cada instituição, conforme critérios estabelecidos a partir da fase de categorização: UEPB. Para a escolha da amostra, foram levados em consideração os aspectos socioculturais e econômicos dos alunos habitantes da periferia de Campina Grande-PB.

Dessa maneira, aplicamos um questionário no mês de fevereiro de 2017, com alguns alunos que estão inseridos na UEPB por meio do sistema de cotas, nos cursos de Geografia, Farmácia, Odontologia e Administração e Ciência da Computação, para conhecermos qual o ponto de vista dos cotistas sobre essa política. Utilizamos para apreciação do questionário a análise de conteúdo de Bardin (2011, p.50) o qual destaca ser esta análise “a procura em conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça, pois a análise do conteúdo é a busca de outras realidades por meio de mensagens”.



3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação é equalizadora de oportunidade para os marginalizados, dando chances reais para o seu desenvolvimento, colando nas mãos dos excluídos armas efetivas de lutas (DEMO 1994). É pertinente destacar que é necessário repensar o papel da educação, inserindo-a na multiplicidade de vozes que possam vim compor a racionalidade capaz de construir um projeto emancipatório. (SANTOS, 2011).

Essas vozes encontra-se nos mais diversos espaços, inclusive nas periferias das grandes e médias, pois uma grade parcela dos seus habitantes não possuem a educação básica completa e em Campina Grande-PB. Alguns desses sujeitos não completam a educação formal, interrompendo-a em muitos casos para trabalhar e assim, ajudar financeiramente suas famílias. Em relação a essa questão, os jovens que concluem o ensino básico e almejam ter acesso à universidade encontram no seu caminho inúmeros desafios para realizar esse fim, pois precisam superar problemas de ordem social, econômica e cultural, por isso as políticas de cotas representam uma conquista para esses sujeitos, produzindo um novo espaço, por meio da relação entre educação e cidadania.

Pensando nisso, pesquisamos junto aos sujeitos cotistas alunos dos Institutos de Educação Superior (IES) de Campina Grade-PB, especialmente da UEPB, quais aspectos dificultam o acesso dos jovens da periferia vindos das escolas públicas a ingressar nos IES. Foram destacadas as seguintes questões:

O contexto socioeconômico é difícil e desigual para os jovens das áreas periféricas, além de estarmos infelizmente lado a lado com a criminalidade, nossas escolas são as mais sucateadas, pois a educação é de baixa qualidade devido à problemática da violência, pois muitos professores não querem trabalhar em lugares perigosos. (Aluno do curso de Administração, UEPB).

Muitas vezes não temos oportunidade de estudar de maneira mais densa, pois a partir do momento em que um jovem se ver sufocado e obrigado a trabalhar para ajudar em casa, observamos que a meritocracia é conotativa. (Aluno do curso de Ciência da Computação, UEPB).

Primeiramente, o que dificulta muitas das vezes é a falta de interesse do jovem e a falta de incentivo. Existe um déficit da escola seja pela estrutura física, pela disciplina ou até mesmo pelo professor. Existe uma desmotivação, uma acomodação que é imposta pelo próprio meio, destacando que ter o ensino médio é suficiente para um jovem conseguir um emprego e se tornar assalariado e assim sobreviver. (Aluno do curso de Farmácia, UEPB).



São vários determinantes, mas o principal é a falta de apoio e a necessidade de ingressar no mercado de trabalho assim que se tem o ensino médio concluído, onde muitos jovens recebem um salário baixo e por não terem nenhuma expectativa, acabam se conformando e não buscam uma graduação que possa lhe render melhores salários. (Aluno do curso de Odontologia, UEPB).

O ensino das escolas públicas não dá o suporte necessário para os estudantes ingressarem nas universidades. (Aluno do curso de Geografia, UEPB).

Em relação a essa questão, os sujeitos da pesquisa elencaram vários aspectos que dificultam o acesso dos jovens da periferia vindos das escolas públicas de Campina Grande a ingressar nos Institutos de Educação Superior, dentre eles: as condições precárias do ensino escolar público e a falta de recursos didáticos.

Foi destacado pelos discentes a necessidade de trabalhar para ajudarem na renda da familiar, mencionaram também como um problema a falta de apoio da família e da própria escola, provocando uma desmotivação dos estudantes, pois para muitos jovens da periferia estudar em uma universidade é algo distante para as suas vidas.

Por isso Feres Júnior (2005), destaca que as políticas afirmativas vão para além das mudanças objetivas, propiciando mudanças subjetivas nos sujeitos, induzindo transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, consubstanciando uma variação no imaginário coletivo, que passa a deslegitimar a ideia de subordinação e a valorizar a igualdade efetiva entre os variados grupos sociais.

Dessa forma, a política de cotas é uma das maneiras na qual o grupo social pertencente a classe subalterna tem oportunidade de construir um novo princípio educativo, sobretudo nesse tempo tão incerto vivido pela nação, especialmente em relação a gestão de políticas sociais, principalmente, devido as drásticas medidas tomadas pelo governo, especialmente com os cortes no orçamento da educação, ações que irão afetar ainda mais quem depende da educação pública, colocando assim, os estudantes dentro dos conflitos e interesses das políticas de governo (partidárias), distanciando-os de possuírem uma educação verdadeira. Isso proporciona segundo Mészáros (2005) o conformismo, para produzir subordinação e alienação, reduzindo assim o papel da educação junto a sociedade do capital.

Paulo Freire (2005, p.27), aponta que em relação a educação que,

Não é possível fazer uma reflexão do seu significado sem pensar sobre o próprio homem, pois o homem pode refletir sobre si mesmo e colocar-se num determinado momento, numa certa realidade: é um ser na busca de ser mais e, como pode fazer esta autoreflexão, poderá também descobrir como ser inacabado, que está em constante busca, eis a raiz da educação.



A busca por uma educação reflexiva alimenta a esperança de construirmos um país menos excludente e desigual sócio e espacialmente. Nessa perspectiva, para diminuirmos a desigualdades no Brasil necessitamos de uma educação compromissada, que mude a vida das pessoas, junto a efetivação das diversas políticas públicas nas áreas de educação, trabalho, renda, moradia, segurança, lazer e saúde, pois só assim teremos impactos positivos para o futuro do país, construindo espaços de cidadania e de emancipação.

Dessa maneira, o espaço do cidadão é entendido por Santos (1993. p.81) através das desigualdades e contrastes socioespaciais no qual “ser mais ou menos cidadãos nesse modelo de sociedade depende de várias características, especialmente do lugar ou lugares do fazer cotidiano de cada indivíduo onde pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma força e até, o mesmo salário, têm valor diferente, segundo o lugar onde vivem”.

Santos traz que o valor das pessoas é diferenciado de acordo com o lugar onde o indivíduo reside. Isso é visível nos centros urbanos e inclusive em Campina Grande, pois em muitos casos as pessoas são excluídas ou inseridas na dinâmica da cidade de acordo com o elemento “moradia”, onde seu direito de ser cidadão passa a ser fragmentado.

Assim sendo, Oliveira (2000, p.159) destaca que a cidadania é vista, pelo modelo capitalista, associado ao poder de compra, ou seja, de consumo de cada pessoa, onde “ser cidadão é ser ou poder ser antes de tudo consumidor.” Nessa perspectiva, temos uma cidadania camuflada sem ação democrática, que provoca conflitos e contrastes sociais aumentando a concentração de riqueza, a ampliação da exclusão social e a violência, principalmente, nas áreas da periferia urbana.

A cidadania camuflada reflete de maneira pertinente nos sujeitos da pesquisa, pois, nos bairros habitado pelas populações da classe trabalhadora, na periferia existem locais extremamente precários de vários serviços urbanos, dentre eles educação. Em Campina Grande–PB não se pode ignorar essa diferenciação socioespaciais capitalista que provoca contrastes socioeconômicos e espaciais no interior da periferia, materializados pela distribuição desigual da renda e das oportunidades educacionais.

Por isso, o espaço do cidadão deve ser analisado em sua totalidade, considerando-o como processo social e dialético que unifica as dimensões educacionais de inserção ao mundo do trabalho e socioeconômica. Com este fato é possível entender a diferenciação socioeconômica dos habitantes da periferia da cidade, onde o poder aquisitivo reflete de maneira concreta na diferenciação dos grupos sociais e no seu status.

Souza (2005, p.67) reflete sobre isso quando destaca que, “existe uma diferenciação dentro da cidade em matérias de condições de qualidade de vida, incluindo aspectos matérias, prestígio e poder, onde a classe social do indivíduo tem a ver com a posição que ele ocupa no mundo de produção”.

Essa desigualdade de acesso aos espaços produzidos na cidade é uma das marcas do processo da globalização, tornando o espaço uma categoria de análise cada dia mais complexa de ser estudada, tendo nesse sentido a contribuição da ciência Geográfica nesse infinito desvendamento.

Há de se considerar que existem tantas concepções do espaço geográfico ou do espaço social, quanto tendências de escolas em Geografia; existem tantas maneiras de ver coisas quanto individualidades conduzindo uma investigação sobre uma *démarche* científica (SANTOS,1997, p.24).

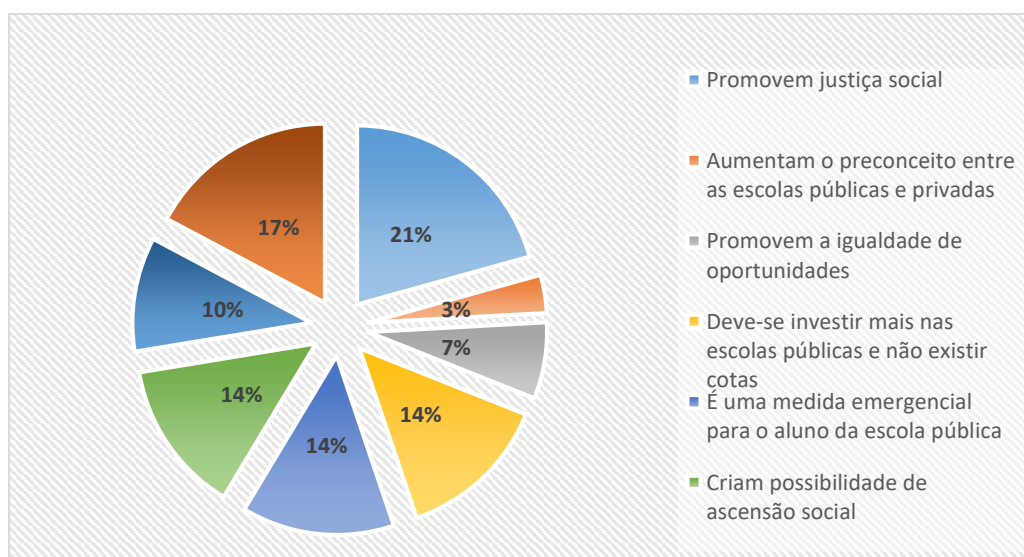
Os contrastes dos espaços periféricos podem ser percebidos, quando se observa o direito à cidade e a seus bens e serviços em uma totalidade, pois ocorre uma distribuição diferenciada de acordo com o poder aquisitivo de cada cidadão, sendo construída dessa maneira, a cidade e a sua fragmentação, bem como desigualdades de acesso, ou seja, o direito a cidade passa a ser “negado” para muitos habitantes inseridos nas camadas populares, com baixo poder aquisitivo, principalmente para os jovens moradores da periferia.

Um desses direitos é o acesso aos espaços de educação e cidadania. Este fato ocorre em muitos lugares do Brasil, entretanto chamamos atenção para Campina Grande-PB, uma cidade média do Nordeste brasileiro que se destaca pela presença de um relevante espaço educacional e de tecnologia, sobretudo no nível superior, com três espaços públicos importantes e geograficamente localizados em bairros vizinhos, onde estão situados a UEPB, UFCG e IFPB.

Muitos dos cidadãos que precisam usufruir destes espaços são excluídos: os jovens da periferia, oriundos da rede pública de ensino. Isso alimenta as profundas contradições socioespaciais existentes na periferia urbana, especialmente, aumentando a violência e a exclusão, levando a refletir que, uma grande parcela dos moradores jovens não se inserem e tem acesso de maneira reduzida aos espaços educacionais, principalmente no nível superior.

Dessa maneira, a pesquisa buscou entender o que representam as políticas de cotas para os estudantes das universidades públicas, inseridos por meio das ações afirmativas. Diante dessa pergunta, e construindo um percentual de respostas, um número expressivo de estudantes destacou que: Promovem justiça social 21%; Aumentam o preconceito entre as escolas públicas e privadas 3%; Promovem a igualdade de oportunidades 7%; Deve-se investir mais nas escolas públicas e não existir cotas 14%; É uma medida emergencial para o aluno da escola pública 14%; Criam possibilidade de ascensão social 14%; Representam uma dívida com a classe menos abastada 10%; Permitem inclusão social e educacional 14%, como mostra o gráfico 01.

Gráfico 01: O que representam as políticas de cotas para os estudantes



FONTE: Pesquisa direta, 2017.

A partir das respostas dos alunos, observamos que a política de cotas apresenta relevantes conquistas junto às ações afirmativas e sem dúvida por meio desse sistema a universidade pública passa a efetivar além da inclusão, a redução de uma dívida social com a classe trabalhadora, tendo em vista que as universidades abrem as suas portas e estão construindo um novo espaço de diálogo entre a história e a sociedade brasileira. As universidades com essa postura proporcionam não apenas a formação de profissionais qualificados mas, irão promover justiça social, por que a universidade é um lugar de lutas e conquistas sociais e educacionais.

Questionamos se a política de cotas é uma das formas de amenizar a real distância dos moradores das camadas populares das escolas públicas a terem acesso aos espaços educacionais para alguns discentes:



Acredito que sim, essa é uma forma significativa das pessoas pertencentes às classes mais baixas conseguirem entrar nas universidades. (Aluno do curso de Geografia, UEPB).

O sistema de cotas contribui para que os alunos possam ingressar na faculdade, no entanto se a educação pública tivesse a mesma qualidade do ensino privado não seria necessário ter cotas, pois haveria conhecimento igualitário independente de raça ou condições financeiras. (Aluno do curso de Administração, UEPB).

Sim! Sob a atual situação educacional das escolas públicas, as cotas foram uma das principais conquistas do século junto a educação. Foi o momento em que ficou notório que igualdade não significa justiça. (Aluno do curso de Ciências da Computação, UEPB).

É uma forma de tentar nivelar a carga de cobrança intelectual de um aluno de escola pública com o aluno de uma escola particular (para ingresso no ensino superior), onde os mesmos são submetidos a mesma forma de avaliação por meio do ENEM. (Aluno do curso de Odontologia, UEPB).

Sim, as desigualdades de ensino são alarmantes, é notório que os estudantes do ensino público não têm uma preparação escolar para competir com estudantes do ensino particular, que são diariamente treinados para terem acesso à universidade, enquanto os alunos de escola pública devem se desdobrar para estudarem e dar conta de problemas financeiros. (Aluno do curso de Farmácia, UEPB).

Em relação a essa questão, podemos entender que os sujeitos da pesquisa concordam que o sistema de cotas é uma das formas de amenizar a real distância dos alunos das escolas públicas a terem acesso à universidade, porém é importante ressaltar que não é apenas o acesso que deve ser proporcionado ao aluno cotista, mas a sua permanência na universidade, pois muitos alunos beneficiados com políticas educacionais necessitam trabalhar para poder custear as despesas com seus estudos, o que de certa forma reduz as suas oportunidades de ingressar em grupos de estudos, projetos de extensão, projetos de iniciação científica e outras atividades acadêmicas.

Os discentes destacaram também que a política de cotas existem devido às fragilidades do ensino da escola pública, sendo extremamente importante melhorar a qualidade da educação pública, proporcionando para os alunos uma melhor formação básica escolar. Dessa maneira, as cotas representam, nas perspectivas dos sujeitos, uma conquista para os alunos de menor poder aquisitivo, caracterizada por ser uma luta pela igualdade do direito de se educar.

As cotas estão longe de ser a solução para todos os problemas da sociedade ou da universidade brasileira. Contudo, a implantação delas abre diversas perspectivas que precisam ser mais bem conhecidas para que se possa no futuro avaliar o seu real impacto no processo de



democratização do ensino superior no país. (LIMA; NEVES; SILVA 2013).

Por isso, Catão *et al* (2013) enfatiza que ações afirmativas e política de cotas de inclusão na Universidade Estadual da Paraíba favoreceram o pluralismo acadêmico, muito embora a construção de uma sociedade plural seja prevista no próprio preâmbulo da Constituição que, apesar de não ter função normativa, apresenta inegável função hermenêutica –as universidades ainda são sonho distante para diversos setores da sociedade, historicamente excluídas da academia.

De certo, para se efetivar as ações afirmativas junto às políticas educacionais é necessária a construção de uma práxis que tenha suas raízes consolidada num debate que busque ampliar as reflexões deste tema nos múltiplos espaços educacionais (universidades e escolas) e da sociedade como um todo.

4 CONCLUSÃO

Apresentamos alguns resultados que buscaram investigar as relações entre espaço, educação e cidadania, destacando as perspectivas educacionais a partir da política de cotas para o acesso à educação superior em Campina Grande-PB, por meio da contribuição da Geografia.

Dessa maneira, Campina Grande-PB é uma cidade que recebe o título de cidade universitária, porém nem todos os seus moradores podem desfrutar desse título, especialmente para os que vivem na periferia e estudam na escola pública. Por isso, esta pesquisa refletiu sobre estas questões, construindo um diálogo entre a Educação e a Geografia, com a finalidade de estabelecer uma compreensão dessa problemática de maneira dialética.

Antes de mais nada podemos constatar que as ações afirmativas por meio da política de cotas está criando novas oportunidades de promover a educação, cidadania e emancipação, construindo novos espaços para esses sujeitos, onde aos poucos estamos reduzindo as condições das profundas desigualdades sociais e educacionais, democratizando o acesso à cidade, construindo princípios de justiça social, democracia, cidadania e educação e por meio das ações afirmativas a política de cotas é uma das formas de amenizar a distância dos moradores das camadas populares aos espaços educacionais em Campina Grande-PB

Nesse sentido, o espaço destinado à ciência e educação, representados pelos IES em Campina Grande, estão proporcionando cidadania, uma vez que estes espaços desempenham um papel social relevante para se reduzir as desigualdades sociais locais e regionais, pois buscam proporcionar uma formação educacional e científica.



Este é um grande desafio que deve ganhar espaço de discussão no mundo científico, sobretudo da Geografia, porém é necessário que esse processo ganhe mais proporções não apenas educacional, mas socioespacial para que exista mais educação e menos exclusão na sociedade e na universidade.

Portanto, a política de cotas proporciona mudanças no perfil dos discentes das universidades brasileiras e em Campina Grande-PB não é diferente, bem como nas relações e comportamento das universidades com a sociedade, mudanças essas que promovem a construção de novos espaços de vivências, educação e cidadania, sendo este um bem advindo de uma conquista que trará mudanças positivas no cenário social, econômico e educacional brasileiro. Destacamos que esta discussão é nova, por isso é uma das primeiras pesquisas que se debruça sobre essa temática.

Agradecimento

A CAPES pelo apoio por meio da concessão de bolsa do doutorado.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

CATÃO, Marconi do Ó; FARIAS, Camilo de Lélis Diniz de; ARAÚJO, Gildércia Silva Guedes de; COSTA, Laysla Alencar de França. **Ações Afirmativas e Política de Cotas de inclusão na Universidade Estadual da Paraíba: Um Estudo de caso**. Revista Datavenia. Volume 5. n.1. 2013. Disponível em < <http://revista.uepb.edu.br/index.php/datavenia/article/view/3502-10399-1> >

DEMO, Pedro. **Pesquisa e Construção do Conhecimento - Metodologia científica no caminho de Habermas**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1994.

DAFLON, Verônica Toste; FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. **Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico**. Cadernos de Pesquisa, v. 43, n. 148, p. 302-327, jan./abr. 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

FERES JÚNIOR, João. **Aspectos normativos e legais das políticas de ação afirmativa**. In: FERES JÚNIOR, João; ZONINSEIN, Jonas. (Orgs.). **Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.



GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 2ªed. São Paulo: Editora Atlas. 1991.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 2ªed. São Paulo: Editora Atlas. 1991.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; NEVES, Paulo Sérgio da Costa; SILVA, Paula Bacellar e. **A implantação de cotas na universidade: paternalismo e ameaça à posição dos grupos dominantes**. Rev. Bras. Educ. vol.19 no.56 Rio de Janeiro Jan./Mar. 2014

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782014000100008

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

SANTOS, Francisco Kennedy Silva dos. **Trabalho e mobilização dos saberes docentes: limites e possibilidades da racionalidade pedagógica na Educação Superior** (tese). Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós Graduação em Educação Brasileira, 2011.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: espaço e tempo: razão emoção**. 3º ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

_____. **O Espaço do cidadão**. (Coleção Espaços). Ed. 2ª. São Paulo: Nobel, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. **Geografia, globalização e cidadania**. Terra Livre. nº.15. São Paulo: AGB, 2000.